

Anexo VI - Justificativa para contratação de empresa para avaliação de alunos do Ensino Fundamental

Conforme os artigos 102 a 107 da Lei Complementar nº 32, de 17 de setembro de 2010 (em anexo), que “*Dispõe sobre o Estatuto e Plano de Carreira do Magistério Público e dos Profissionais de Apoio Educacional do Município de Birigui*”, a partir do ano letivo de 2011, passará a vigorar na rede municipal de educação o mecanismo de “Progressão Funcional Via Não-Acadêmica”, conforme se observa na Seção II e artigo 101 da referida Lei:

Seção II Da Progressão Funcional pela Via Não-Acadêmica

Art. 102. *A progressão funcional pela via não-acadêmica dos titulares de cargo de provimento efetivo do Quadro do Magistério Público Municipal e do Quadro de Apoio Educacional tem por objetivo a valorização dos profissionais da educação e a melhoria da qualidade do ensino público e será concretizada mediante a conjunção de fatores constantes do artigo 104, na forma estabelecida na presente Lei Complementar.*

Parágrafo único: *O servidor fará jus à progressão funcional pela via não-acadêmica depois de avaliado, no mínimo, por 5 (cinco) anos em efetivo exercício no cargo e, entre uma progressão funcional via não-acadêmica e outra, serão cumpridos interstícios mínimos de 5 (cinco) anos.*

O artigo 104, desta mesma Lei, explicita que tal mecanismo decorrerá da contagem de pontos oriundos dos seguintes fatores:

Art. 104. *A progressão funcional pela via não-acadêmica dependerá da contagem de pontos dos fatores abaixo descritos:*

I - aperfeiçoamento profissional [...]

II - frequência aos dias de trabalho na seguinte conformidade [...]

III – Avaliação de resultado dos docentes:

a) Aos docentes que atuam no Ensino Fundamental aplicar-se-ão os indicadores de proficiência, resultantes da variação entre a avaliação de

entrada e de saída em relação ao crescimento que se pretende obter na Educação Municipal, bem como da avaliação da unidade escolar ou os indicadores de avaliação externa municipais, estaduais e/ou nacionais.

b) Aos docentes que atuam na Educação Infantil aplicar-se-ão os indicadores individuais de avaliação da Educação Infantil (IDEI), bem como da avaliação da unidade escolar ou os indicadores de avaliação externa municipais, estaduais e/ou nacionais.

c) Aos docentes de Educação Física (PII), Oficina Curriculares e Educação Especial a pontuação será em função da média do resultado discente da Escola Municipal onde tenham sede ou, caso contrário, possuam maior número de aulas.

IV – Avaliação de resultado dos Especialistas em Educação:

a) Aos Supervisores de Ensino aplicar-se-ão os indicadores de avaliação externa municipais, estaduais e/ou nacionais que avaliem toda a rede municipal.

b) Aos Orientadores Pedagógicos de CEI, Diretores de CEI, Coordenadores Pedagógicos, Vice-Diretores e Diretores de Escola aplicar-se-ão os indicadores de avaliação externa municipais, estaduais e/ou nacionais que avaliem toda a unidade escolar.

V – Avaliação de resultado dos Profissionais de Apoio Educacional:

a) Às Babás aplicar-se-ão os indicadores individuais de avaliação da Educação Infantil (IDEI), bem como da avaliação da unidade escolar ou os indicadores de avaliação externa municipais, estaduais e/ou nacionais.

Assim, para a consecução dos objetivos a que se propõe o sistema de “Progressão Funcional Não-Acadêmica”, os profissionais ocupantes dos cargos das classes de apoio educacional, docentes e especialistas em educação da Secretaria Municipal de Educação deverão ser avaliados por meio dos **resultados positivos obtidos na avaliação, tomando-os em nível de desempenho global dos alunos** (§ 2º, da Lei Complementar nº 32/2010).

Ainda, estabelecendo disposições para a definição dos processos de avaliação externa na rede municipal, o § 3º, do artigo 104 estabeleceu que **“Poderá ser estabelecido mecanismo municipal de avaliação externa** cujo valor máximo da nota do resultado discente seja estabelecido em 10 (dez) ou 100 (cem) pontos [...].”

Dessa forma, a necessidade de contratação de empresa para avaliação de alunos da Educação Infantil é explicitada no corpo da Lei Complementar nº 32/2010, que estabelece os critérios e as finalidades de sua aplicação. Além disso, a contratação de empresa devidamente habilitada para prestar tal serviço encontra amparo na Constituição Federal, em especial no artigo 37, que prevê:

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impeccabilidade, moralidade, publicidade e eficiência [...]

Diante do dispositivo constitucional em grifo, a Secretaria Municipal de Educação de Birigui, tendo conhecimento da importância e seriedade que envolve o processo de aferição da aprendizagem escolar de seus alunos nas mais diferentes etapas, tem, evidentemente, que zelar para que todo o processo se dê em estrita observância com os princípios da impessoalidade e eficiência, já que se supõe que a empresa contratada possa trazer, além de um serviço especializado, maior credibilidade e transparência.

Assim sendo, diante da necessidade de se aferir a aprendizagem escolar dos alunos da Educação Infantil, almejando permitir ao Sistema Municipal de Educação a realização de seu fim indispensável, isto é, a garantia da oferta e atendimento educacional de qualidade, justificamos a necessidade de contratação de empresa competente para realização de processo de avaliação externa da aprendizagem escolar, de acordo com as especificações a seguir.

Avaliação da Aprendizagem Escolar da Rede Municipal de Birigui

1 DO OBJETO

Trata-se da prestação de serviços de avaliação da aprendizagem escolar, por meio da elaboração de avaliações direcionadas aos alunos do Ensino Fundamental, para as etapas de 1º a 5º ano, nas áreas de Língua Portuguesa e Matemática. Além da elaboração das avaliações, a empresa contratada deverá emitir relatório final de desempenho da aprendizagem escolar com base na apuração das médias percentuais obtidas em âmbito municipal, por unidade escolar, por conjunto de séries iguais das unidades escolares e, de cada série. Nesses casos, o relatório deverá

apresentar as médias obtidas em cada disciplina e, também, de modo geral (pela junção das médias das duas disciplinas).

2 DA PREVISÃO DO NÚMERO DE ESCOLAS, CLASSES E ALUNOS A SEREM AVALIADOS EM 2.011

Considerar os dados escolares do corrente ano, em que se pode deduzir, aproximadamente, o número de avaliações a serem elaboradas. Poderá haver aumento nos números abaixo, em razão de novas matrículas na rede municipal de ensino.

UNIDADES ESCOLARES	FUNDAMENTAL					TOTAL
	1º ANO	2º ANO	3º ANO	4º ANO	5º ANO	
EM DR GAMA	89	98	84	103	97	471
EM PROFª ADELINA BERNADETE DOS SANTOS PACITTI	59	51	77	57	47	302
EM PROFª DIRCE SPÍNOLA NAJAS	117	93	137	96	60	520
EM PROFª GENI LEITE DA SILVA	70	96	107	97	58	428
EM PROFª IZABEL BRANCO	138	159	195	140	129	777
EM PROFª LEONOR CHAIM CURY	79	95	100	87	63	424
EM PROFª LUCINDA ARAÚJO PEREIRA GIAMPIETRO	64	62	81	70	51	328
EM PROFª NAYR BORGES PENTEADO	82	72	43	33	70	300
EM PROFª RUTH PINTÃO LOT	63	54	45	75	56	306
EM PROFª TERESINHA BOMBONATI	112	92	128	111	100	543
EM PROFº JOSÉ SEBASTIÃO VASQUES CALÇADA	105	77	107	112	75	505
EM PROFº LUCIANO AUGUSTO CANELLAS	50	75	50	50	38	263
EM ROBERTO CLARK	108	104	128	105	79	524
Total Municipal	1136	1128	1282	1136	923	5605

Fonte: Secretaria Municipal de Educação - fevereiro de 2011.

Deverão ser elaboradas avaliações para as unidades escolares municipais, conforme acima, sendo que a Secretaria Municipal de Educação enviará, de acordo com o contrato de prestação de serviços, o número atualizado de alunos por unidade escolar e série para fins de impressão das avaliações, nos prazos a serem definidos.

3 DAS ESPECIFICAÇÕES DAS AVALIAÇÕES

Os cadernos de avaliação serão compostos por 2 (duas) partes, com divisória, na seguinte conformidade:

I – Língua Portuguesa : 15 (quinze) questões;

II – Matemática: 15 (quinze) questões.

III – Cada área de conhecimento (Língua Portuguesa e Matemática) terá pontuação máxima de 100 (cem) pontos, sendo que a média final do aluno será decorrente da soma dos acertos em cada área, divididos por 2 (dois).

Na elaboração das avaliações será **obrigatória a observância dos conteúdos e habilidades de Língua Portuguesa e Matemática estabelecidos nos Parâmetros Curriculares Nacionais – PCNs e Plano de Ensino das Escolas Municipais**, que consta em anexo.

4 DOS PRAZOS PARA ENTREGA DAS AVALIAÇÕES

A partir da aquisição dos serviços da contratada, a ser definido posteriormente em contrato específico, a mesma deverá entregar os cadernos de avaliação impressos, com no mínimo 45 (quarenta e cinco) dias de antecedência para conferência e análise final. Tal procedimento não isentará a contratada de apresentar, antes mesmo do processo de impressão acima descrito, cópia das avaliações, em data a ser definida pela contratante, para equipe pedagógica especializada da Secretaria Municipal de Educação, com objetivo de apuração da qualidade das questões e sistemática elaborada pela contratada.

A data prevista para aplicação das avaliações será na segunda quinzena do mês de novembro, provavelmente, entre os dias 21 a 25/11/2.011.

5 DISPOSIÇÕES FINAIS

Este documento tem o objetivo de servir de guia de orientação prévia, sendo que, em caso de contratação, os processos e termos contratuais definitivos serão estatuídos por meio de ações de departamento competente da Administração Municipal.

A Secretaria Municipal de Educação, visando dirimir as possíveis dúvidas, coloca-se à disposição, para quaisquer esclarecimentos.

Birigui, 15 de fevereiro de 2.011

SÔNIA REGINA GUARALDO
Secretária de Educação